

Os ipesianos no poder (1964-1967)

The *Ipesianos* in power (1964-1967)

Elaine de Almeida Bortone¹

elainebortone@gmail.com

<http://orcid.org/0000-0002-4407-3979>

Resumo: O artigo tem como objetivo identificar e analisar a presença política de empresários e de tecnopresários associados e parceiros do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e sua área de influência em instâncias importantes do Estado brasileiro, no período de 1964-1967, governo Castelo Branco. Trata-se das empresas estatais federais nas quais membros e associados do IPES ocuparam os cargos de direção. O IPES foi uma entidade empresarial rica e sofisticada que desenvolveu ações e estratégias, lícitas e ilícitas, a fim de criar as bases de oposição que pudessem desestabilizar e esvaziar o governo João Goulart (1961-1964), que estava criando medidas que atingiam diretamente os interesses econômicos do capital. A conclusão central é que a presença e a participação formal de frações de classe nos aparelhos estatais implicaram o controle do Estado e a garantia de sua influência sobre o processo decisório, que atendia aos interesses econômicos de sua classe. Para isto, foram analisados detalhadamente os documentos produzidos pelo IPES, custodiados no Arquivo Nacional e no CPDOC/FGV, e os dados das estatais e de suas direções, que foram levantados pelo Acesso à Informação, cotejando-os com outras fontes primárias, como artigos e bibliografias.

Palavras-chave: IPES, empresários, ditadura empresarial-militar, Estado.

Abstract: The article aims to identify and analyze the political presence of entrepreneurs and techno-entrepreneurs associated with and partners of the Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) and their area of influence at important levels of the Brazilian state in the period 1964-1967, government of Castelo Branco. These are the federal state-owned companies in which members and associates of IPES occupied management positions. IPES was a rich and sophisticated business entity that developed legal and illegal actions and strategies in order to create the bases of opposition that could destabilize and empty the João Goulart government (1961-1964), which was creating measures that directly affected the economic interests of capital. The central conclusion is that the presence and formal participation of class fractions in the state apparatus implied the control of the state and the guarantee of its influence over the decision-making process, which served the economic interests of its class. For this purpose, the documents produced by IPES, held in the National Archives and at the CPDOC/FGV, and the data of the state-owned companies and their directions, which were collected through Access to Information, were analyzed in detail, collating them with other primary sources, such as articles and bibliographies.

Keywords: IPES, entrepreneurs, business-military dictatorship, State.

¹ CEDERJ/Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Centro de Ciências Humanas e Sociais. Escola de História, Curso de Licenciatura em História EAD. Av. Rio Branco, 135/12º andar/ sala 1.209 – Centro – Rio de Janeiro – RJ.

Introdução

A partir dos anos 1950, grandes companhias multinacionais se instalaram e investiram no Brasil, lideradas por interesses norte-americanos de expansão do capital global pós-1945 e incentivadas por políticas brasileiras, como as Instruções n.º 70 e 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC). A primeira instituiu taxas múltiplas de câmbio de acordo com cinco categorias diferenciadas definidas de acordo com a essencialidade dos bens para o funcionamento do sistema produtivo. A segunda Instrução permitiu a emissão de licenças de importação de equipamentos e máquinas sem cobertura cambial, as quais deveriam ser contabilizadas no ativo das empresas importadoras como investimentos. As multinacionais ainda foram agraciadas pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico (1951), que foi resultado das negociações entre os dois países visando o financiamento de um programa de reaparelhamento dos setores de infraestrutura da economia brasileira. Neste contexto, o capital transnacional ganhou uma posição estratégica e passou a participar de forma muito próxima do rumo, do ritmo, da orientação da economia brasileira e determinou a “direção da industrialização estipulando a forma de expansão capitalista nacional” (Dreifuss, 2006, p. 71). Com o avanço das empresas estrangeiras surgiram agentes e entidades empresariais criadas e utilizadas por interesses multinacionais e associados, com a finalidade de defender e conduzir seus negócios particulares, influenciar nas diretrizes políticas do país, expandir suas condições de reprodução, impedir que as massas enfrentassem o capital e para “a preservação do próprio capitalismo, de suas condições normais de funcionamento, como a garantia da propriedade privada, dos contratos e do funcionamento regular dos mercados” (Bianchi, 2007, p. 121). Formou-se, assim, uma estrutura de poder político de classe do bloco multinacional, uma “intelligentsia empresarial”, segundo Dreifuss (2006, p. 78).

As entidades empresariais incidem em uma multiplicação das vontades coletivas organizadas e correspondem ao que Antonio Gramsci (2000) conceitua como aparelhos privados de hegemonia. São organizações de interesses com base material própria, que se encontram na sociedade civil e têm como função elaborar e moldar consciências para conservar ou promover os interesses particulares de uma classe ou fração de classe, transformando-os em interesse geral. Ainda conforme o autor, as entidades possuem organicamente intelectuais, os quais têm a função de educadores e organizadores do mundo da produção econômica e da fração que a ele pertence. São prepostos do grupo dominante, articuladores com capacidade técnica, em todas as esferas, que dão homo-

geneidade e consciência com a finalidade de expandir a própria classe. Educam e preparam seus integrantes para a defesa de determinadas posições sociais dentro do Estado e organizam as vontades coletivas dos grupos dominantes ou dos dominados que disputam para conquistar ou conservar hegemonia, atingindo a organização do poder do Estado, isto é, a sociedade política.

Os agentes são empresários, ligados às grandes corporações privadas, que se articulam em entidades representativas do capital e, automaticamente, migram para a máquina do Estado, que contempla seus projetos. Conforme Virgínia Fontes (2005), a extensa rede de entidades associativas empresariais com abrangência nacional assegurou relações estreitas com o Estado, enquanto as tentativas organizativas da classe trabalhadora foram impedidas, o que configurou uma “ampliação seletiva do Estado”. A ampliação do Estado, acrescenta a autora, levou a uma racionalização crescente dos interesses empresariais, apresentados como expressão das necessidades nacionais, traduzidos como desenvolvimento e modernização e transformados em políticas de Estado. As entidades associativas, explica Fontes (2009), além de cuidarem das estratégias de convencimento na sociedade civil e facilitarem a ocupação de postos no Estado no sentido estrito (burocrático), seja por eleição ou indicação, influenciam as suas leis e medidas de coerção para que favoreçam seus interesses.

Foi nesta conjuntura que surgiu, em 1961, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), uma organização representante dos interesses do capital multinacional e associado, que objetivava transformar o aparelho de Estado de acordo com as necessidades do capital. O IPES, formado por militares e civis que faziam parte de uma elite organicamente ligada aos interesses do capital multinacional e associado, foi um dos principais centros de conspiração que trabalhou para a deposição de Goulart, em 1964, com a finalidade de capturar o Estado. Com o golpe, seus membros, parceiros e associados, os ipesianos, conquistaram o Estado através da ocupação dos postos estratégicos de comando, como nas empresas estatais, quando exaltaram os grandes interesses capitalistas no novo projeto de poder.

Guillermo O'Donnell (1982) explica que com a instauração do regime militar deu-se o Estado Autoritário-Burocrático (AB), que ocorreu pela aproximação entre Forças Armadas e alta burguesia, isto é, frações superiores da burguesia local e do capitalismo transnacional, que se apoiavam mutuamente e tinham como afinidades o domínio econômico e a coação. O período diz respeito a uma etapa de transformações nos mecanismos de acumulação da sociedade, que forma parte de um processo de aprofundamento de um capitalismo periférico e de-

pendente, mas dotado de uma já extensa industrialização. Capitalismo que permitiu a acumulação e a geração do excedente necessário para atender às expectativas das sociedades hegemônicas e para garantir o acesso das classes privilegiadas nacionais aos padrões de consumo das economias centrais, mas garantiu também a exclusão e a miséria (Fernandes, 1973). O AB, segundo O'Donnell, tem como característica a exclusão política e econômica de setores populares; a promoção da transnacionalização crescente na estrutura produtiva; e a ocupação das posições superiores do governo por pessoas que tiveram carreiras em organizações complexas e burocratizadas, tais como Forças Armadas, o próprio Estado e grandes empresas privadas (O'Donnell, 1987).

Ianni (1988) acrescenta que a burguesia encara a atividade governamental para a prosperidade do sistema privado de produção. Ela define de forma clara as suas relações com o Estado, como esclarece o autor: “[...] tendo em vista a necessidade de converter as relações de produção em relações de dominação, em seu favor, essa burguesia infiltra-se no aparelho estatal e procura fazê-lo operar em seu benefício” (Ianni, 1988, p. 93). Mas, destaca o autor, o seu interesse fundamental se encontra na obtenção de capital e “empenha-se em medidas destinadas a desenvolver ao máximo a sua reprodução” (Ianni, 1988, p. 93).

Posto isto, os objetivos do artigo consistem em identificar e analisar a presença política de associados e parceiros do IPES no Estado restrito, mais especificamente nos cargos de direção nas empresas estatais federais, após o golpe de Estado de 1964, no período de 1964-1967, governo Castelo Branco. A pesquisa partiu do princípio de que todas as pessoas que trabalharam no e/ou com o IPES, por tempo curto, médio ou longo, são ipesianos, na medida em que tinham consciência da ação política do Instituto. Para a realização da pesquisa foram analisados os documentos produzidos pelo IPES, custodiados no Arquivo Nacional (RJ); levantadas as empresas estatais do período e seus diretores por meio do Acesso à Informação; inquiridos os jornais de época, guardados na Biblioteca Nacional, e estudada extensa bibliografia.

Para compreender a presença de entidades empresariais e de ipesianos no Estado, utilizo o referencial teórico-metodológico de Antônio Gramsci de Estado ampliado. O seu sentido ampliado é resultado das relações orgânicas entre a sociedade civil, que é a arena da luta de classes e espaço da organização das vontades e das disputas pela afirmação hegemônica de projetos classistas, e a sociedade política, o conjunto das agências específicas do aparelho estatal. As entidades correspondem ao que Gramsci

(2000) conceitua como aparelhos privados de hegemonia. São organizações de interesses com base material própria, que têm como função elaborar e moldar consciências para conservar ou promover os interesses particulares de uma classe ou fração de classe, transformando-os em interesse geral. Educam e preparam seus integrantes para a defesa de determinadas posições sociais dentro do Estado e organizam as vontades coletivas dos grupos dominantes ou dos dominados que disputam para conquistar ou conservar hegemonia, atingindo a organização do poder do Estado, isto é, a sociedade política. Para organizar as vontades e a ação coletiva dos aparelhos, Gramsci (2000) aponta a presença dos intelectuais orgânicos que, nas suas palavras, “são ‘prepostos’ do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político” (Gramsci, 2000, p. 20). Portanto, têm a capacidade de serem os organizadores de seus interesses e da sociedade.

O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES)

O IPES foi fundado, em novembro de 1961², dois meses após a posse de João Goulart, por empresários nacionais e internacionais, tecnocratas de alto escalão e militares de alta patente, em especial oficiais da Escola Superior de Guerra (ESG). Com apoio financeiro de suas associadas, pessoas jurídicas e físicas, buscaram constituir uma coesão interna da fração mais internacionalizada do empresariado no Brasil para integrar os diversos grupos civis e militares em uma oposição que pudesse deter o governo Goulart (1961-1964) e as forças sociais que o apoiavam e, assim, estabelecer centros de tomada de decisão no interior do aparelho do Estado. No início dos anos 1960, o país vivia uma crise econômica, política e social, advinda dos governos anteriores, e as medidas políticas de Goulart não interessavam ao capital, sobretudo o estrangeiro, pois colocavam seus interesses políticos e econômicos sob ameaça. Algumas medidas foram a lei que restringia a remessa de lucros pelas multinacionais às suas matrizes, controle mais rigoroso das atividades das empresas estrangeiras e de preços, projeto de reajustar os salários mínimos, etc.

Com discurso anticomunista e de defesa da democracia e da iniciativa privada, o IPES, defensor de um projeto para o capitalismo brasileiro, buscou quebrar as alianças de classes, subverter a ordem populista, política de massa sensível à pressão popular (Weffort, 1978), e constituir-se em centro estratégico de ação política com

² O IPES-Rio foi a última unidade a encerrar suas atividades, em 1972.

vista à ocupação do Estado para, assim, efetivar seu projeto de classe de reordenação capitalista. E, posteriormente, seria o responsável pela opção política que encaminhará os negócios da economia e da sociedade após 1964.

Com ricos recursos materiais e humanos, o IPES agregou diferentes segmentos sociais e muitas entidades de classe em torno dos seus objetivos e como um “guarda-chuva” (Dreifuss, 2006, p. 178) assumiu a organização dos interesses corporativos e a liderança na coordenação de uma ação política, para assegurar a direção política e ideológica da sociedade. Planejava moldar a consciência, os valores e a organização dos setores dominantes, objetivando unir o bloco de poder em torno da conquista do Estado.

Com uma estrutura muito bem organizada, o IPES criou estratégias e ações, lícitas e ilícitas, e campanhas ideológicas para desestabilizar e depor Goulart. A ação político-ideológica, conforme Dreifuss (1986), é que permite que um bloco no poder polarize sob seu controle o conjunto de frações subalternas, formando uma “frente móvel de poder” (Dreifuss, 1986, p. 26), funcionando, desta forma, como central de informações, como laboratório de ideias. Além da criação de diversificados materiais, tais como artigos, panfletos, encartes, apostilas, filmes, além do setor editorial: boletins, revistas, informativos e livros, o IPES organizou, também, debates, seminários, congressos e palestras, nas rádios, TVs, universidades, fábricas, empresas, etc. em todo o país. Pensando em um novo Estado à sua semelhança, o IPES criou, no período de 1961 a 1964, 23 anteprojetos de Reformas de Base com o propósito não só de participar do debate ideológico³ e se contrapor às reformas de base do governo Goulart, como também para divulgar sua obra e apresentar seu projeto de governo. Os anteprojetos, uma agenda alternativa de reforma modernizadora do capitalismo brasileiro, mostravam o ideário ipesiano de desenvolvimento, que enfatizava a valorização da iniciativa privada e o aumento da produtividade econômica.

Com a instauração da ditadura, parceiros e associados do IPES, militares e civis, que haviam contribuído para os trabalhos do Instituto no sentido de desestabilizar e depor Goulart, ocuparam posições-chave no Estado restrito, que corresponde, conforme Gramsci (2000), à sociedade política e se refere ao aparato governamental estatal. O IPES se tornou governo e conseguiu implementar grande parte de seu programa anteriormente formulado, empreendendo transformações importantes no arcabouço institucional de regulação do capitalismo brasileiro. Nas suas posições, os ipesianos criaram políticas públicas,

estimularam a iniciativa privada, impulsionaram o capitalismo atrelado ao capital internacional, aumentaram a capacidade de produção e de recursos para atender ao novo padrão de acumulação e efetivaram reformas, a maioria concebida pelo IPES. A Reforma Administrativa de 1967, estabelecida pelo Decreto-Lei n.º 200, por exemplo, foi concebida a partir do anteprojeto criado pelo IPES, que começou a ser delineado por alguns integrantes desde 1963. Isto prova uma linha de continuidade na relação de empresários pré-golpe com o desdobramento da estrutura administrativa do Estado pós-1964, quando a elite econômica organizou a administração do Estado em função de um projeto político próprio (Bortone, 2014). O Banco Central (BC), fundado em dezembro de 1964, é outro exemplo de projeto criado pelos ipesianos e incorporado pelo Estado. O BC teve sua origem a partir do anteprojeto Reforma Monetária e Bancária, que recomendava “criação do Banco Central, mantendo-se o Banco do Brasil como banco comercial e de fomento, com sua atual estrutura de capital”⁴. A sua diretoria foi formada por ipesianos, conforme discutido à frente.

A presença e a participação formal de frações de classe nos aparelhos estatais implicaram o controle do Estado e a garantia da sua influência sobre o processo decisório que representava os interesses de sua classe. É importante destacar que tal participação não retirou o papel de protagonista do Estado. Conforme Poulantzas, em relação às classes dominantes, o Estado tem um papel principal de organização, isto é, “ele representa e organiza a ou as classes dominantes, o interesse político a longo prazo do bloco no poder” (Poulantzas, 1985, p. 145), composto de várias frações de classe burguesa, do qual participam as classes dominantes provenientes de diferentes frações, presentes na formação social capitalista. Constitui, portanto, a unidade política das classes dominantes sob a hegemonia de uma de suas frações (Poulantzas, 1985), naquele momento, o capital monopolista.

Os ipesianos no Estado no governo Castello Branco (1964-1967)

O governo Castello Branco, diante da crise política, econômica e social, dedicou-se em preparar o terreno para um novo ciclo expansivo para a consolidação do modelo de acumulação implantado. Portanto, seus objetivos imediatos eram recriar condições para financiar as inversões

³ Fontes

Ata do IPES Comitê Executivo de 11.09.62. Acervo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), Arquivo Nacional.

⁴ Publicação do IPES: Reformas de Base: posição do IPES, 1963, p. 83. Acervo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), Arquivo Nacional.

necessárias à retomada da expansão capitalista e fornecer as bases institucionais do processo de concentração oligopolista (Mendonça, 1988). Desta forma, estava focado em romper com as políticas do populismo, na reconstrução da economia, combater a inflação, corrigir as distorções no funcionamento da economia e recuperar sua infraestrutura, reprimir e calar os movimentos populares de oposição e controlar os trabalhadores ao mesmo tempo que “extraí a deles recursos para a acumulação do capital” (Erickson, 1979, p. 204). Buscou também se firmar por meio de inúmeros decretos-leis e Atos Institucionais (AIs), pela consolidação de uma legalidade autoritária e de uma política de segurança nacional e por expurgos de pessoas, civis e militares, que não se adaptavam ao seu projeto ou que estavam politicamente ligadas ao governo Goulart. Com isto, alterou radicalmente o processo político prevalecente até então, tanto na sua estrutura quanto nas suas regras básicas.

Em julho de 1964, ciente de que seus associados e parceiros ocupariam cargos no governo, os membros do IPES iniciaram a reorganização da sua diretoria. Em reunião, ipesianos discutiram sobre as “perdas” de pessoal para postos do governo e suas substituições. Joviano Rodrigues Moraes Jardim, associado do IPES-RJ encarregado da “caixinha” e de aprovar as contribuições⁵,

nomeado presidente da Caixa Econômica Federal do Estado do Rio de Janeiro (CEFERJ), chamou atenção sobre “o plano de colocar elementos nossos, permanentes em certas empresas”⁶, o que indica o grau de consciência e de racionalidade política presente na “tomada do Estado”.

O expurgo ou “operação limpeza” consistia, conforme Alves (2005), em uma ação levada a efeito pelos Inquéritos Policial-Militares (IPMs), chefiados em sua maioria por coronéis, para eliminar a oposição da vida política e abrir lugar para pessoas identificadas com as políticas do novo governo. Comissões especiais de inquéritos foram criadas em todos os níveis do governo, nas empresas estatais federais e privadas, nos sindicatos e nas organizações vinculadas ao governo federal para investigar se trabalhadores estavam envolvidos com atividades “subversivas” e com corrupção, com a finalidade de eliminar o “inimigo interno”.

Nos setores da burocracia estatal, que se organizam a partir das funções decisórias do Estado, responsáveis pelas políticas econômicas e sociais e estão associados ao poder político de classe desse mesmo Estado, os expurgos foram de grande amplitude. No período de 1964-1967, foram expulsas da burocracia civil 1.530 pessoas, sendo que 1.408 foram eliminadas no primeiro ano do governo, conforme quadro a seguir.

Quadro 1 – Expurgos na burocracia civil (1964-1967)

ÓRGÃO ADMINISTRATIVO	1964	1965-1967	TOTAL
Ministério de Viação e Obras Públicas	505	5	510
Ministério do Trabalho	219	0	219
Ministério da Fazenda	275	0	275
Ministério das Minas e Energia	48	2	50
Ministério da Agricultura	23	2	25
Ministério das Relações Exteriores	6	0	6
Ministério do Comércio e Indústria	89	0	89
Ministério da Justiça	49	91	140
Ministério da Saúde	40	1	41
Ministério da Educação	67	15	82
MECOR	29	0	29
CONTEL	0	3	3
Governo Municipal de Brasília	28	3	31
NOVACAP	30	0	30
TOTAL	1.408	122	1.530

Fonte: Alves, 2005, p. 77.

⁵ Ata do Comitê Executivo do IPES, 31.07.62. Acervo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), Arquivo Nacional.

⁶ Ata do IPES Comitê Diretor de 07.07.64. Acervo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), Arquivo Nacional.

No período 1964-1965, apontam Klein e Figueiredo (1978), foram expurgados 2.566 servidores, entre civis e militares, com ocupações e patentes diversas, que se tornaram “incompatibilizados com a revolução”, significando 68,5% do total de todo o período. Na área da Justiça, o expurgo chegou aos tribunais superiores e regionais, comarcas e varas cíveis, atingindo ministros de tribunais, juízes, desembargadores, promotores e serventuários. Entre 1964 e 1965 foram demitidas 34 pessoas da Justiça (Klein e Figueiredo, 1978, p. 162-163).

Nos órgãos de segurança do Estado, de acordo com pesquisa de Beserra (2010), também houve repressão aplicada aos militares. O terceiro AI, datado de 5 de fevereiro de 1966, tinha por objetivo exclusivo a transferência para a reserva de oficiais das Forças Armadas. Afetou 122 militares, sendo 77 do Exército, 14 da Marinha e 31 da Aeronáutica. Entre 1964 e 1970, contabilizou o autor um total de 1.487 militares punidos, sendo 53 oficiais generais, 274 oficiais superiores, 111 oficiais intermediários, 113 oficiais subalternos e 936 entre sargentos, suboficiais, cabos, marinheiros, soldados e taifeiros, e assim “alteraram a representatividade das facções no interior da corporação militar, eliminando o potencial de resistência nacionalista na caserna às proposições do governo” (Beserra, 2010, p. 91).

Com os expurgos, militares e civis que haviam financiado e contribuído com os trabalhos do IPES no sentido de derrubar Goulart ocuparam as posições-chave do governo, tanto em órgãos da administração direta (Presidência da República, Casa Civil, ministérios e demais órgãos públicos) como da administração indireta (autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações), objeto da pesquisa. Tal ocupação abriu as áreas institucionais do Estado à exclusiva representação de interesses privados organizados; como explica Dreifuss, “o Estado de 1964 era de fato um Estado classista e, acima de tudo, governado por um bloco de poder” (Dreifuss, 2006, p. 488).

É importante ressaltar que alguns ipesianos já trabalhavam em órgãos públicos antes de 1964, de onde conspiraram contra o governo Goulart, mas após o golpe, com a reorganização do aparelho estatal, alguns se mantiveram nos cargos, outros mudaram para cargos de grande importância na administração pública e uns acumularam funções em diferentes locais. Morais (2016), que pesquisou a continuidade de ipesianos nos cargos públicos pré e pós-1964, aponta alguns exemplos de continuidade e de mudança. O empresário Luiz Dumont Villares foi presidente da COSIPA antes e após o golpe, no período 1963-1965. Oscar de Oliveira se manteve como professor da Escola

Nacional de Engenharia, mas acumulou a função como presidente da Companhia Vale do Rio Doce. Raymundo Augusto de Castro Moniz Aragão permaneceu como docente da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mas também acumulou funções com outros cargos, como será analisado à frente. O economista Roberto Campos ingressou no serviço diplomático (1939), foi presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) entre 1958-1959, mas após o golpe tornou-se ministro Extraordinário do Planejamento e Coordenação Econômica. Otávio Gouveia de Bulhões, Dênio Chagas Nogueira e José Garrido Torres tiveram extensa carreira pública antes do golpe, mas, após, ocuparam cargos de alta relevância em outros órgãos, como também será visto à frente.

Nos ministérios, os ipesianos assumiram quase todas as pastas, conforme quadro.

Além dos ministérios, outros cargos importantes foram ocupados por ipesianos. O Serviço Nacional de Informação (SNI) foi fundado e chefiado pelo general Golbery do Couto e Silva, membro do Conselho Orientador do IPES. A chefia da Inspeção Geral de Bancos foi assumida por Hélio Marques Viana, colaborador do Instituto. A Divisão de Assuntos Internacionais foi chefiada por Fábio Antonio da Silva Reis, membro da Análise e Perspectiva Econômica (APEC), fonte de publicações que empenhou esforços junto com o IPES para vencer a batalha ideológica. O processo de formulação de política econômica, lembra Codato (2005), era uma tarefa assumida prioritariamente pelos civis e envolvia, em algumas situações, uma articulação estreita com a “comunidade empresarial”, que era a forma de garantir sua presença no sistema decisório.

Os ipesianos na direção das empresas estatais federais (1964-1967)

Agora a situação seria: homens bons, competentes e bem intencionados no governo (Harold Cecil Polland).⁷

A estratégia econômica do regime militar, baseada na expansão do Estado como produtor de infraestrutura, seja de insumos básicos ou financeiros, acarretou acentuado crescimento das empresas estatais federais e consolidou sua posição em várias indústrias básicas. Outro fator que contribuiu para a expansão das empresas estatais, e atraiu as multinacionais, foram os empreendimentos conjuntos

⁷ Ata do IPES de 06.04.64. Acervo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), Arquivo Nacional. Harold Cecil Polland foi um dos líderes do IPES-Rio.

Quadro 2 – Relação dos ministérios e dos ministros ligados ao IPES (1964-1967)

MINISTÉRIO	MINISTRO	DATA	IPES
Extraordinário de Coordenação dos Organismos Regionais	Oswaldo Cordeiro de Farias (militar) João Gonçalves de Souza	1964-1966 1966-1967	
Extraordinário do Planej. e Coord. Econ.	Roberto de Oliveira Campos	1964-1967	x
Aeronáutica	Nélson F. Lavanére-Wanderley (militar) Márcio de Souza e Mello (militar) Eduardo Gomes (militar)	1964 1964-1965 1965-1967	x
Agricultura	Oscar Thompson Flores Hugo de Almeida Leme Ney Aminthas de Barros Braga Severo Fagundes Gomes	1964 1964-1965 1965-1966 1966-1967	x x x x
Educação e Cultura	Flávio Suplicy de Lacerda Pedro Aleixo Raymundo A. de C. Moniz de Aragão	1964-1966 1966 1966-1967	x x
Fazenda	Octávio Gouvêa de Bulhões	1964-1967	x
Guerra	Arthur da Costa e Silva (militar) Ademar de Queiroz (militar)	1964-1966 1966-1967	x x
Indústria e Comércio	Daniel Agostinho Faraco Paulo Egydio Martins	1964-1966 1966-1967	x x
Justiça e Negócios Interiores	Milton Soares Campos Luiz Viana Filho Juracy Montenegro Magalhães (militar) Men de Sá Luiz Viana Filho Carlos Medeiros Silva	1964-1965 1965 1965-1966 1966 1966 1966-1967	 x x x x
Marinha	Ernesto de Mello Baptista (militar) Paulo Bosísio (militar) Zilmar Campos de A. Macedo (militar)	1965-1965 1965 1965-1967	
Saúde	Raimundo de Moura Brito	1964-1967	x
Viação e Obras Públicas	Juarez do N. Fernandes Távora (militar)	1964-1967	x
Minas e Energia	Mauro Thibau	1964-1967	x
Relações Exteriores	Vasco Tristão Leitão da Cunha Juracy Montenegro Magalhães (militar)	1964-1966 1966-1967	x x
Trabalho e Previdência Social	Arnaldo Lopes Sussekind Walter Peracchi Barcellos Paulo Egydio Martins Luiz Gonzaga do Nascimento e Silva	1964-1965 1965-1966 1966 1966-1967	x x x x

(*joint ventures*) entre as empresas federais, o capital estrangeiro e o nacional, a “tríplice aliança”, ou tripé, baseado em seus papéis complementares e seus interesses comuns pela acumulação (Evans, 1982). Os gastos com infraestrutura subiram 24% (em média) no orçamento federal, enquanto despesas com setores sociais caíram 5% (Afonso e Souza, 1977, p. 63). As empresas governamentais tinham como função, segundo Rückert (1980), subsidiar o capital privado, sobretudo o internacional, por meio da transferência de seu excedente, assumindo, assim, um caráter de complementaridade à medida que funcionava como elemento de apoio a outros setores.

Deste modo, aplicando a “racionalidade empresarial”, muitas empresas estatais se expandiram para diferentes setores estratégicos e de alta rentabilidade, tais como: insumos básicos (mineração, siderurgia, química e petroquímica, fertilizantes e adubos e petróleo); serviços industriais de utilidade pública (energia elétrica, gás, água e esgotos) e outros serviços públicos, tais como armazenagem, transporte e comunicação.

Com a expansão das estatais, houve, após 1964, incorporação de técnicos, executivos, economistas e empresários que controlavam ou defendiam os interesses de uma parte predominante dos meios de produção, constituindo, assim, uma categoria especial no âmbito do sistema político-administrativo reorganizando o Estado. Codato (1997) chama atenção para a presença de empresários e tecnoempresários que levou a articulações de interesses dos grupos empresariais, no seio do aparelho do Estado, atrelados à expansão das atividades estatais, que fizeram do Estado uma “arena privilegiada de conciliação e mediação dos múltiplos interesses das frações integrantes do bloco no poder” (Codato, 1997, p. 56). Um número muito expressivo destes profissionais que compunham a tecnoestrutura estatal era associado e/ou parceiro do IPES.

O domínio, o poder e a liberdade de ação dos ipesianos na estrutura do Estado foram de tamanha grandeza que perpassaram por distintas empresas, setores e cargos, e, em alguns casos, acumularam diferentes funções em distintas empresas, de onde proporcionavam apoio político e asseguravam condições favoráveis para a produção, conforme analisado a frente.

Segundo Nicos Poulantzas,

O Estado burguês permite funcionar por deslocamentos e substituições sucessivas, dando condições para o deslocamento do poder da burguesia de um aparelho para outro: o Estado não é um bloco monolítico, mas um campo estratégico (Poulantzas, 1985, p.160).

Como dirigentes das estatais federais, os ipesianos usaram as empresas como instrumento para a preservação da ordem e o meio legal para garantir o seu lugar. Elaboraram políticas públicas que os beneficiaram, seja por meio de algumas que lhes eram diretamente endereçadas, seja por intermédio das direcionadas às classes trabalhadoras para minar suas lutas, as quais perderam direitos e proporcionaram, assim, aumentos dos ganhos dos donos dos meios de produção. O Estado tornou-se, dessa forma, a sede privilegiada dos interesses hegemônicos, e estes, ao controlá-lo, usaram-no para consolidar sua posição e atender suas necessidades econômicas e políticas. Os interesses estrangeiros se confundiram com o Estado, principal tomador de empréstimos, que os repassava para o setor privado através de estatais como o BNDE. O Estado, portanto, tornou-se o “agenciador da lucratividade das empresas oligopolistas” (Mendonça e Fontes, 2004).

Alguns ipesianos nomearam e indicaram para diversos postos pessoas e agentes da mesma classe ou que participaram do quadro do IPES. Um caso emblemático de indicação foi o da estudante de Filosofia da Faculdade Nacional de Filosofia Sonia Maria Seganfreddo, que ocupou cargos no Ministério da Educação e na Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB), a convite dos ipesianos Flávio Suplicy de Lacerda, ministro da Educação, e Fernando Murgel, diretor da SUNAB. Sonia foi convidada pelo ipesiano capitão Heitor Ferreira, secretário do general Golbery Couto e Silva, para participar do IPES. Sua publicação de doutrinação, *UNE, instrumento de subversão*, foi financiada e distribuída pelo Instituto. Em 1966, Sonia acusou o IPES de não lhe ter pagado o devido valor por sua publicação e, temendo perder seu emprego, ameaçou: “terei que denunciar muita gente altamente *empistolada, que acumula, esta sim, ilegalmente, dois e até três cargos públicos*. Começaria pelo Banco Nacional da Habitação e pela própria SUNAB”⁸ (grifo meu).

A presença de ipesianos na estrutura do Estado, ligados uns aos outros, criou um grau de solidariedade e de influência que auxiliou a classe que integravam. Nestor Jost, ex-diretor e ex-presidente do Banco do Brasil (1961-1967), Jost ampliou o acesso e facilidades de concessão de crédito agrícola e industrial e promoveu a simplificação das formalidades para a obtenção de financiamentos. Em janeiro de 1965, Jost foi investigado pelo Conselho de Segurança Nacional (CSN) por irregularidades na concessão de empréstimos de favor “contra

⁸ Cartas de Sonia Seganfreddo direcionadas ao IPES, de 20.11.66 e 21.11.66. Acervo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), Arquivo Nacional.

pareceres técnicos e critérios de instruções vigentes”, no exercício de sua função. Para clientes sem direito a crédito, concedeu o total de Cr\$ 846,7 milhões, e para clientes com créditos superiores aos regulamentares outorgou Cr\$ 926,6 milhões.⁹ No ofício do CSN constam 119 empresas beneficiadas, dentre as quais algumas contribuíram para o IPES, tais como a Química e Farmacêutica Maurício Villela S/A, de propriedade de Mauricio Libânio Villela, associado do IPES-Rio, que fez uma proposta de empréstimo junto ao BB de 30 milhões, e, conforme os critérios e instruções vigentes, foram deferidos 27,5 milhões, mas o diretor do banco aprovou toda a quantia solicitada.

Com relação às empresas estatais, o número de ipesanos nas posições de direção foi bastante significativo. Foram mapeados os ipesianos nos cargos de presidente, vice-presidente, diretor e conselheiro de empresas de 14 setores econômicos: financeiro, siderúrgico, elétrico, mineração, petrolífero, tecnologia, telecomunicações, transportes, infraestrutura, agricultura, administrativo, educação/cultura, social/saúde e turismo. Trata-se de se-

tores mais e menos dinâmicos da economia, o que mostra uma dinamização ainda maior dos membros e parceiros do IPES no Estado.

Observa-se no quadro que, nas empresas estatais federais, havia uma presença bastante significativa de ipesianos no período de 1964-1967. Dos 14 setores da economia mapeados, 12 agrupavam empresas que somavam mais de 51% de presença de ipesianos na presidência. Das 97 empresas, 70, ou seja, 72% tinham presidentes que foram membros ou parceiros do IPES. Ambas as situações mostram que é majoritária a influência do IPES. Mas não se esgota aí. As estatais apresentavam ainda diretores e conselheiros que passaram pela órbita do IPES.

No setor financeiro, que cria e controla medidas que dizem respeito à circulação de moeda e de crédito, portanto de fundamental importância, a presença de ipesianos nas diretorias das estatais foi substancial. A diretoria do BNDE era formada por seis diretores e um presidente. Deste grupo, cinco eram ipesianos: o presidente Garrido Torres¹⁰ (1964-1967) e os diretores Genival

Quadro 3 - Membros e parceiros do IPES nas empresas estatais federais (1964-1967)

SETORES DA ECONOMIA	NÚMERO EMPRESAS	PRESIDENTE	DIRETOR	CONSELHEIRO
Mineração	2	100%	1	-
Petrolífero	3	100%	-	5
Social/saúde	7	100%	-	11
Turismo	1	100%	1	-
Infraestrutura	3	100%	-	1
Transportes	11	91%	6	7
Agricultura	13	85%	12	23
Administrativo	6	83%	9	13
Tecnologia	4	75%	2	6
Financeiro	14	64%	43	26
Siderúrgico	5	60%	7	8
Educação/cultura	11	55%	4	12
Telecomunicações	4	50%	2	3
Elétrico	13	38%	11	23
TOTAL	97		98	138

Fonte: Bortone, 2018. Elaboração própria.

⁹ Presidência da República – Conselho de Segurança Nacional. Ofício nº 001/GAB/3001/64 de 02/01/65. Do Cel. Chefe do gabinete da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional para Gen. Secretário-Geral do CSN – Chefe do Gabinete Militar. Arquivo Nacional.

¹⁰ O economista Garrido Torres foi diretor da SUMOC, presidente do BNDE e do FINAME, diretor do CMN e do CNE. Além do IPES, foi membro da CONSULTEC, da APEC, organização tecnoempresarial e político-burocrática formada por economistas, administradores do governo e empresários sob a liderança de Roberto Campos e trabalhou conjuntamente com o IPES, e diretor da revista *Cadernos Brasileiros*. No setor privado, Torres foi conselheiro (1962-1964) da Decred S/A Financ., Invest. e Crédito; diretor-presidente (1967) do Banco Lowndes; diretor-presidente da Finco Consórcio Financ., Créd. e Investimento (1970), membro do conselho fiscal da Comp. de Seguros Cruzeiro do Sul e conselheiro consultivo da Siemens do Brasil S/A; diretor-presidente da Comp. de Seguros Sagres (1971) e do conselho de administração (1972-1975) da Comp. Vidraria Santa Marina, do grupo da Vitrofarma, que financiou o IPES (Bortone, 2018).

de Almeida Santos¹¹ (1964-1965); Alberto do Amaral Osório¹² (1965-1967), que substituiu Genival; Antonio Carlos Pimentel Lobo¹³ (1964-1969); Jayme Magrassi de Sá¹⁴ (1964-1967) e Hélio Schlitter Silva¹⁵ (1964-1967).

A diretoria do Banco Central (BC), no período tratado, era formada por três diretores e um presidente, escolhidos por membros do Conselho Monetário Nacional (CMN), órgão superior do Sistema Financeiro Nacional. Eram eles: Presidente: Dênio Chagas Nogueira¹⁶ (1965-1967). Diretores: Casimiro Antônio Ribeiro¹⁷ (1965-1967), Aldo Baptista Franco da Silva¹⁸ (1965-1967), Luiz Biolchini¹⁹ (1965-1966) e Antonio Abreu Coutinho²⁰ (1966-1967), que entrou no lugar de Biolchini. Todos ipesianos.

A primeira formação do CMN, por sua vez, era comandada igualmente por 100% de ipesianos, a maioria banqueiros, conforme quadro 4. A presença destes

ipesianos mostra que foi um espaço para a representação privada e os seus laços de afinidade explicam a indicação dos membros do IPES para o BC, que, conforme já visto, teve 100% da sua diretoria ocupada por ipesianos.

O Conselho Nacional de Economia (CNE), órgão que realizou estudos econômicos, sob o comando da Presidência da República, formado por um presidente e nove conselheiros, no período pesquisado, também teve 100% das cadeiras ocupadas por ipesianos. Presidente: Harold Cecil Polland²¹ (1966) e conselheiros: José Garrido Torres (1964), José Augusto Bezerra de Medeiros²² (1964-1966), Humberto Bastos²³ (1964), Paulo de Assis Ribeiro²⁴ (1964-1967), Harold Cecil Polland (1964), José Bonifácio Coutinho Nogueira²⁵ (1965-1967), Antônio Delfim Neto²⁶ (1965-1966), Glycon de Paiva²⁷ (1964-1967), Ruy Aguiar da Silva Leme²⁸ (1965-1966).

¹¹ O vice-presidente do Banco Aliança do Rio de Janeiro, Genival de Almeida Santos, foi presidente e diretor-superintendente do BNDE e diretor do FINAME e BB (Bortone, 2018).

¹² A ligação de Alberto do Amaral Osório com o IPES foi através de seu parente Antonio Carlos do Amaral Osório, que ocupou cargo de liderança no Instituto. Alberto foi diretor e conselheiro do BNDE e diretor do FINAME (Bortone, 2018).

¹³ O engenheiro Antonio Carlos Pimentel Lobo, membro da APEC e do Clube de Engenharia, ingressou no BNDE em 1953, tornando-se diretor no período de 1964-1972. Passou pela direção de vários fundos: FUNTEC, FIPEME e FUNDEPRO (Bortone, 2018).

¹⁴ O diretor do Banco da Bahia Jayme Magrassi de Sá foi, primeiramente, diretor do BNDE, presidiu o FUNTEC e dirigiu o FIPEME. Foi membro da APEC e conferencista de eventos organizados pelo IPES. No setor privado trabalhou na Ericsson (1976-1985), Cia. Siderúrgica Paulista (COSIPA), em 1969, Argo Distribuidora e Tecidos Bangu (Bortone, 2018).

¹⁵ O economista e professor Hélio Schlitter Silva foi membro da CONSULTEC e da APEC, diretor do BNDE e presidente da FUNTEC e FIPEME (Bortone, 2018).

¹⁶ Dênio Chagas Nogueira foi da APEC, FGV, CONSULTEC, IBAD, SUMOC e BC (Bortone, 2018).

¹⁷ Casimiro Antonio Ribeiro pertenceu ao quadro da APEC. Trabalhou no Banco Finasa de Investimento, de propriedade do Banco Mercantil de São Paulo, do ipesiano Gastão Vidigal, que financiaram o IPES. Membro e presidente (1972-1978) da Associação Nacional dos Bancos de Investimentos (ANBID), entidade de representação das instituições financeiras que operam no mercado de capitais (Bortone, 2018).

¹⁸ O economista Aldo Baptista Franco da Silva Santos participou do Curso da ESG e, em 1966, ocupou, simultaneamente, os cargos de diretor do BCB e do BB e foi membro do CMN. Pertenceu ao quadro da APEC e da Ação Comunitária do Brasil, organização de assistência social criada, na década de 1960, pelos ipesianos Francisco Matarazzo Sobrinho, Paulo Ayres R., Fy Mesquita e José Martins Pinheiro Neto, para "retardar a solidariedade ideológica de classe e a organização política das classes trabalhadoras". No setor privado foi diretor da Metal Leve S/A Ind. e Comércio, de propriedade do líder do IPES, Israel Klabin, e se licenciou, em 1965, para atuar no setor público (Bortone, 2018).

¹⁹ Diretor do Banco Boavista, da Cia. de Papel Pirahy e da Cia. Docas de Santos, de propriedade do líder do IPES Candido Guinle de Paula Machado, Luiz Biolchini foi diretor do BCB e do BB (Carteira de Câmbio) simultaneamente. Foi membro da Federation of American Chambers of Commerce, fórum político mais importante das corporações multinacionais, e proprietário da XV de Novembro Comércio e Indústria S/A (1964-1965), em sociedade com Candido Guinle de Paula Machado e Fernando Machado Portela, também líderes do IPES. O Banco Boavista e a Cia. Docas de Santos financiaram o IPES (Bortone, 2018).

²⁰ Antonio Abreu Coutinho tinha ligações com organizações aliadas do IPES, APEC, CONSULTEC FGV (Bortone, 2018).

²¹ O empreiteiro Polland foi proprietário da Cia. Metropolitana de Construção, presidente, entre 1960-1962, do Sindicato Nacional da Construção Pesada (SINICON), o mais importante dos aparelhos privados de hegemonia controlados pelo empresariado brasileiro da construção pesada ao longo da ditadura empresarial-militar, e sócio do Banco Português do Brasil, que contribuiu financeiramente com o IPES. Atuou como representante brasileiro no Cicyp, nos idos de 1964. Muito próximo de Golbery do Couto e Silva, ajudou na organização do Serviço Nacional de Informação (SNI) (Bortone, 2018).

²² José Augusto Bezerra de Medeiros foi conferencista no simpósio organizado pelo IBAD, Simpósio sobre a Reforma Agrária, em 1961. Foi vice-presidente do CNE (1963-1964) e conselheiro técnico até 1966. No período de 1959 a 1961, foi presidente da ACRJ (Bortone, 2018).

²³ Colaborador do IPES (Bortone, 2018).

²⁴ O engenheiro, economista, professor e tecnopresário Paulo Assis Ribeiro (Escritório Técnico Paulo de Assis Ribeiro – ETPAR) foi um dos intelectuais orgânicos mais atuantes no IPES, com enorme produção de artigos e estudos sobre reforma agrária, que serviram de base para a elaboração do Estatuto da Terra. Além da ETPAR e do IPES, trabalhou também na CONSULTEC, FIRJ, CNI, IDORT (1962-1964); todas as organizações atuavam de maneira orgânica e articulada junto a executivos estaduais e federais, e a maioria dos seus projetos se tornou políticas públicas (Bortone, 2018).

²⁵ O advogado e empresário José Bonifácio Coutinho Nogueira também participou de simpósio do IBAD, foi secretário da Agricultura do Estado de São Paulo (1959-1962), presidente da Comissão Consultiva Bancária do Banco Central (1966) e secretário da Educação do Estado de São Paulo (1975-1978), no governo do ipesiano Paulo Egydio Martins (1975-1979). No setor privado, foi acionista da Companhia Santista de Papel (1963-1966), diretor da CIAP – Companhia de Administração e Participações (1965-1973), do Banco de Investimento Industrial – Investibanco, que financiou o IPES, e diretor-superintendente do Banco Comercial do Estado de São Paulo (1958-1971). Foi presidente da Empresa Paulista de Televisão (EPTN), afiliada e associada à Rede Globo (1979), e proprietário da Usina Açucareira Ester, Cia. Agrícola São Quirino, Comercial Açucareira Cafeeira, Cia. de Administração e Representação Ester e Pecuária Anhumas S/A. De acordo com as informações levantadas no *DOU* e no *DOSP*, José Bonifácio exerceu funções na administração pública e no setor privado simultaneamente (Bortone, 2018).

O economista Antônio Delfim Neto, colaborador da APEC, passou a atuar em nível federal quando ingressou, em 1965, no Conselho Consultivo de Planejamento (CONSPPLAN), órgão de assessoria à política econômica do governo, conduzida pelos ministros Roberto Campos, do Planejamento, e Otávio Gouveia de Bulhões, da Fazenda. Por indicação também de Roberto Campos, passou a integrar o Conselho Nacional de Economia. Foi ministro da Fazenda (1967-1974) e da Agricultura (1979) e embaixador do Brasil na França (1975-1978) (Bortone, 2018).

²⁶ O economista Antônio Delfim Neto, colaborador da APEC, passou a atuar em nível federal quando ingressou, em 1965, no Conselho Consultivo de Planejamento (CONSPPLAN), órgão de assessoria à política econômica do governo, conduzida pelos ministros Roberto Campos, do Planejamento, e Otávio Gouveia de Bulhões, da Fazenda. Por indicação também de Roberto Campos, passou a integrar o Conselho Nacional de Economia. Foi ministro da Fazenda (1967-1974) e da Agricultura (1979) e embaixador do Brasil na França (1975-1978) (Bortone, 2018).

²⁷ Glycon de Paiva, especialista em mineração, foi diretor do BNDE (1952-1953). No setor privado, trabalhou em multinacionais. Em 1972, tornou-se membro do conselho administrativo da Mercedes Benz do Brasil e, em 1976, do conselho técnico da CNC, do conselho consultivo da Siemens, do conselho econômico da Confederação Nacional da Indústria (CNI), da administração da Companhia Auxiliar de Empresas de Mineração (CAEM) e do conselho consultivo da APEC editora. Em 1979, participou do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social (COMUDES), no governo do prefeito do Rio de Janeiro Israel Klabin (Bortone, 2018).

²⁸ O economista Ruy Aguiar da Silva Leme chefiou o departamento de estudos econômicos do Banco do Estado de São Paulo (BANESPA), entre 1959-1962. No biênio 1965-1966, colaborou na elaboração de projetos para o setor industrial e regional do Plano Decenal e foi presidente do Banco Central (1967-1968). No âmbito privado, foi vice-presidente da Fiação Brasileira de Rayon, Fibra S/A (1964-1980), atuou no conselho administrativo das Indústrias Villares e Aços Villares (1966-1967), empresas financiadoras do IPES, diretor da Hidroservice Engenharia de Projeto (1970-1971) e diretor-superintendente de empresas do Grupo Cícero Prado (1971-1973) (Bortone, 2018).

Quadro 4 – Membros ipesianos do CMN com ligações com o sistema financeiro (1964-1967)

MEMBRO	CARGO	BANCO
Octávio Gouvêa de Bulhões (1964-1967)	Ministro da Fazenda (presidente do CMN)	Grupo Moreira Salles, União de Bancos Brasileiros
Daniel Agostinho Faraco (1964-1966)	Ministro da Indústria e Comércio	-
Paulo Egydio Martins (1966-1967)	Ministro da Indústria e Comércio	Banco do Comércio e Indústria de SP (COMIND)
Roberto Campos (1964-1967)	Min. do Planejamento e Coord. Econômica	Fibenco
Luiz de Moraes e Barros (1964-1967)	Presidente do BB	Banco Finasa de Investimento, Banco Itaú-América, Banco Sul-Americano do Brasil
José Garrido Torres (1964-1967)	Presidente do BNDE	Banco Lowndes
Dênio Chagas Nogueira (1965-1967)	Presidente do BC	Banco Geral do Brasil, Banco Moreira Gomes, Grupo Rotschild
Casimiro Antônio Ribeiro (1965-1967)	Diretor do BC	Banco Finasa de Investimento, Grupo Mercantil de São Paulo
Luiz Biolchini (1965-1966)	Diretor do BC	Banco Boavista
Antonio Abreu Coutinho (1966-1967)	Diretor do BC	-
Aldo Batista Franco da Silva (1965-1967)	Diretor do BC	-
Gastão Eduardo de Bueno Vidigal (1965-1973)	Representante do setor privado	Banco Mercantil de São Paulo
Ruy de Castro Magalhães (1965-1972)	Representante do setor privado	Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais

Fonte: Informações levantadas no Banco Central. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/Pre/CMN/composicao_CMN.pdf. Acessado em: 05 set. 2016. Elaboração própria.

Dos 205 ipesianos mapeados que ocuparam posições na diretoria nas empresas estatais, 69 trabalharam em empresas de diferentes setores com funções variadas. Houve casos de trabalharem simultaneamente em duas ou mais empresas ou de atuarem no setor público enquanto exerciam funções no privado. Para exemplificar tais situações, elegi alguns profissionais que eram lideranças no IPES.

O empresário Guilherme Júlio Borghoff comandou, simultaneamente, as quatro empresas responsáveis pelo armazenamento de produtos agrícolas, além de ter

permanecido à frente da sua empresa, a Borghoff S/A Com. e Tec. de Máq. Motores e Equipamentos²⁹. Da mesma forma, Luiz Dumont Villares foi presidente da COSIPA, mas continuou trabalhando no setor privado, na empresa de sua propriedade, Indústrias Villares, e na Volkswagen, como conselheiro (1964).

O médico e professor Raymundo Augusto de Castro Moniz Aragão é um caso clássico de ipesiano que ocupou várias funções simultaneamente em diferentes estatais, e em uma delas trabalhou juntamente com familiares. Na mesma época em que Raymundo foi suplente do presidente da FU-

²⁹ Na ata de balanço geral de 1964 consta o empresário como diretor-presidente em atividade (*Correio da Manhã*, 21.05.65, 1.º Caderno, p. 15).

Quadro 5 - Líderes do IPES nas empresas estatais federais (1964-1967)

NOMES	EMPRESA ESTATAL FEDERAL	CARGO	ANO
Américo Jacobina Lacombe	Fundação Casa de Rui Barbosa Inst. do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	Presidente Conselheiro	1939-1993 1947-1993
Dênio Chagas Nogueira	Superintendência da Moeda e do Crédito Banco Central	Diretor Presidente	1964-1965 1965-1967
Edmundo Falcão da Silva	Banco Nac. de Desenvolvimento Econômico Fundo de Financ. Aquisição de Máq. e Equip. Industrial.	Conselheiro Diretor	1964-1967 1966-1967
Eudes de Souza Leão Pinto	Banco Nac. de Crédito Cooperativo Instituto Nac. de Desenvolvimento Agrário	Diretor Presidente	1964 1962-1965
Guilherme Júlio Borghoff	Superintendência Nac. de Abastecimento Comissão Nac. Estímulo à Estabilização de Preços Comissão de Financiamento de Preços Companhia Bras. de Armazenamento	Presidente Presidente Presidente Diretor	1964-1967 1964-1967 1964-1966 1965-1966
José Garrido Torres	Conselho Nacional de Economia Banco Nac. de Desenvolvimento Econômico Fundo de Financ. Aquisição de Máq. e Equip. Industrial.	Conselheiro Presidente Presidente	1954-1964 1964-1967 1964-1967
Joviano Rodrigues de Moraes Jardim	Empresa Bras. de Telecomunicações Caixa Econômica Federal	Diretor Conselheiro	1965-1967 1964
Luiz Dumont Villares	Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA)	Presidente	1963-1965
Luiz Magalhães Botelho	Banco Nac. de Desenvolvimento Econômico Conselho Nacional de Telecomunicações	Administ. Conselheiro	1963-1965 1965
Luiz Moraes de Barros	Superintendência da Moeda e do Crédito Banco do Brasil	Vice-pres. Presidente	1964 1964-1967
Mário Barros Cavalcante	Superintendência do Desenv. da Amazônia Sup. Plano de Valorização Econ. da Amazônia	Presidente	1966 1964-1966
Mario Trindade	Companhia Siderúrgica Paulista Banco Nacional de Habitação	Diretor Diretor Presidente	1963-1965 1964-1966 1966-1971
Oscar de Oliveira	Universidade Federal do Rio de Janeiro Companhia Vale do Rio Doce Vale do Rio Doce Navegações	Diretor Presidente Diretor	1955-1965 1965-1967 1965-1967
Paulo Acciolly de Sá	Instituto Nac. de Pesos e Medidas Banco Nacional de Habitação Cons. Nac. de Desenv. Científico e Tecnológico Fundação Nacional de Bem-Estar ao Menor	Presidente Conselheiro Diretor Conselheiro	1962-1968 1964-1966 1964-1967 1965
Paulo de Assis Ribeiro	Conselho Nacional de Economia Inst. Bras. de Reforma Agrária	Conselheiro Presidente	1964-1967 1965-1969

Quadro 5 - Continuação

NOMES	EMPRESA ESTATAL FEDERAL	CARGO	ANO
Raymundo Augusto de Castro Moniz Aragão (Min. Educação e Cultura 1966-1967)	Cons. Nac. de Desenv. Científico e Tecnológico Camp. de Aperf. Pessoal Espec. de Nível Superior Fundação Nacional de Bem-Estar ao Menor Universidade Federal do Rio de Janeiro	Conselheiro	1964-1967
		Conselheiro	1964-1966
		Diretor	1965
		Professor Reitor	1952-1980 1966-1969
Sebastião Sant'Ana e Silva	Banco Nac. de Desenvolvimento Econômico Cons. Nac. de Desenv. Científico e Tecnológico	Conselheiro	1965-1966
		Conselheiro	1964

Fonte: Bortone, 2018. Elaboração própria

NABEM, em 1965, Maria Luiza Moniz Aragão, sua irmã, que foi escolhida, após o golpe de 1964, para a presidência da LBA (Legião Brasileira de Assistência), 1964-1967, foi do conselho da Fundação. Seu irmão, o também médico João Maurício Moniz de Aragão, foi suplente de Maria Luiza. A presença da família nos aparelhos do Estado é uma forma de reproduzir-se, manter-se e prolongar-se no poder. Segundo Bourdieu (2011, p. 131), a família, “sujeito principal das estratégias de reprodução”, se une pela solidariedade e convergência de interesses tanto “pelo capital, quanto para o capital” (Bourdieu, 2011, p. 133). Junto com o seu irmão, o general Augusto Cesar de Castro Muniz de Aragão, Raymundo participou, de dentro do Estado, ativamente da construção da ação política do IPES, com a finalidade de depor Goulart. Augusto foi promovido, em 1964, a general de divisão e no ano seguinte assumiu o comando da 6ª Divisão de Infantaria, até 1967. Raymundo ainda foi ministro interino, por seis meses, da pasta da Educação e Cultura, 1966-1967.

Um caso clássico de beneficiar o negócio privado via órgão público foi o de Oscar de Oliveira³⁰, que dirigiu a Companhia Vale do Rio Doce. Foi denunciado, em 1966, conforme o jornal *Correio da Manhã*, de fazer um acordo ilícito entre a Vale e o Grupo Azevedo Antunes, de propriedade do líder e fundador do IPES Augusto Trajano Azevedo Antunes. A denúncia esclarece, ainda, que Oscar saiu da Vale para a CAEMI (Grupo Hannah-Bethlehem) e, posteriormente, voltou à Vale, o que mostra um “jogo de interesses familiares e de integração econômica em que a Vale passou a ser mero instrumento dos interesses da Hannah e da Bethlehem Steel”³¹.

Conclusão

Esta breve análise afasta qualquer hipótese sobre o isolamento dos militares nas instâncias do Estado em face dos setores civis. A taxa de participação das Forças Armadas nos escalões da administração no governo Castello Branco foi de 9,8% (Codato, 2005, p. 9). Não obstante, é importante esclarecer que muitos militares que ocuparam cargos na administração eram ipesianos. A título de exemplo, o general Golbery do Couto e Silva, com grande influência no IPES, foi o idealizador e primeiro chefe do SNI, que contou com a colaboração de outros militares ipesianos, como Heitor Aquino Ferreira, Newton Cipriano de Castro Leitão e o próprio presidente Castello Branco, que tinha uma aproximação com as estratégias e a conspiração do IPES por meio do Estado-Maior informal. Além do Executivo e do SNI, os militares ocuparam também o Conselho de Segurança Nacional (CSN) – ambos com funções repressivas – , ministérios, algumas empresas públicas consideradas importantes e estratégicas, sob o ponto de vista da questão de segurança nacional, como empresas dos setores elétrico, de tecnologia, telecomunicação, mineração, etc. Como explica Cardoso (1982, p. 48), as “Forças Armadas, como tal, não determina[vam] as políticas do Estado ou as implementa[vam]”, como seria legítimo supor. Cardoso acrescenta que “os militares [tinham] poder de veto”, mas somente no que se poderia chamar de “grandes decisões” [...], mas não [estavam] necessariamente envolvidos na tomada de decisões com relação à economia ou outras questões importantes”, as quais eram tomadas pelos civis ipesianos.

³⁰ O engenheiro Oscar de Oliveira, líder do IPES-Rio, acumulou várias funções. Presidente da Companhia Vale do Rio Doce (1965-1967), da Siderurgia Vatú (1965-1967) e DOCE-NAVE (1966-1967), além de diretor da Escola Nacional de Engenharia e decano da UFRJ, um dos responsáveis pela reforma universitária (1964-1965). Na sua gestão, em 1964, proibiu eleições para o diretório acadêmico, prevendo a derrota do governo no setor estudantil. Foi acusado pelos alunos de não dar aula e ser titular de uma cadeira extinta há cinco anos, o que contrariava a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) (Bortone, 2018).

³¹ *Correio da Manhã*, 19.05.66, 1.º Caderno, p. 12.

Desta forma, a predominância no sistema decisório *stricto sensu*, apesar de o sistema político ser dominado pelas Forças Armadas, foi de civis, sobretudo ipesianos, o que implicou na dominação, influência e controle sobre as questões econômicas e sociais do país durante a ditadura empresarial-militar. A ditadura, portanto, foi um grande negócio para o grande capital. Ana Carolina Reginatto (2019), que pesquisou as relações entre os grandes grupos econômicos da mineração e o regime ditatorial brasileiro, aponta que o primeiro governo da ditadura reformulou e adequou a política para a mineração aos parâmetros dos interesses do grande capital, além de beneficiar empresas específicas, que tinham envolvimento direto com o IPES. Bortone (2021) assinala que o setor farmacêutico foi um dos que mais cresceu agraciado com as bonificações que o governo Castello Branco ofereceu em retribuição às empresas e empresários que financiaram o golpe, através do IPES, e legitimaram a ditadura. Ao final do regime, em 1985, o setor teve um faturamento de aproximadamente CR\$ 350 milhões.

Referências

- AFONSO, Carlos A.; SOUZA, Herbert de. 1977. *O Estado e o desenvolvimento capitalista no Brasil: A crise fiscal*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 133p.
- ALVES, Maria Helena Moreira. 2005. *Estado e oposição no Brasil 1964-1984*. Bauru (SP), Edusc, 424p.
- BESERRA, Claudio. 2010. *A política repressiva aplicada a militares após o golpe de 1964*. Rio de Janeiro, RJ. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 307p.
- BIANCHI, Álvaro. 2007. Empresários e ação coletiva: notas para um enfoque relacional do associativismo. *Revista de Sociologia e Política*, 28:117-129, jun.
- BORTONE, Elaine de Almeida. 2018. *O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e a Ditadura Empresarial-Militar: os casos das empresas estatais federais e da indústria farmacêutica (1964-1967)*. Rio de Janeiro, RJ. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 600p.
- BORTONE, Elaine de Almeida. 2014. *A participação do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) na construção da reforma administrativa na ditadura civil-militar (1964-1968)*. Niterói, RJ. Dissertação de mestrado em Administração Pública, Universidade Federal Fluminense, 143p.
- BORTONE, Elaine de Almeida. 2021. A indústria farmacêutica e a ditadura empresarial-militar (1964-1967). *Revista História e Luta de Classes*, 31:104-119, mar.
- BOURDIEU, Pierre. 2011. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 11ª ed. Campinas, Papius, 224p.
- CARDOSO, Fernando Henrique. 1982. Da caracterização dos regimes autoritários na América Latina. In: David COLLIER (org.), *O novo autoritarismo na América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, p. 41-62.
- CODATO, Adriano Nervo. 1997. *Sistema estatal e política econômica no Brasil pós-64*. São Paulo, Hucitec, 367p.
- CODATO, Adriano Nervo. 2005. *O processo decisório de política econômica na ditadura militar brasileira e o papel das Forças Armadas*. Seminário de pesquisa. Programa de Pós-Graduação em História Social / Conferência proferida no Laboratório de Estudos sobre Militares e Política (LEMP/UFRJ).
- DREIFUSS, René. 2006. *1964 A conquista do Estado: Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis, Vozes, 899p.
- DREIFUSS, René. 1986. *A internacional capitalista: estratégias e táticas do empresariado transnacional 1918-1986*. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 273p.
- ERICKSON, Kenneth Paul. 1979. *Sindicalismo no processo político no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 240p.
- EVANS, Peter. 1982. *A tríplice aliança: as multinacionais, as estatais e o capital nacional no desenvolvimento dependente brasileiro*. Rio de Janeiro, Zahar, 292p.
- FERNANDES, Florestan. 1973. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro, Zahar, 151p.
- FONTES, Virginia. 2005. *Reflexões im-pertinentes: história e capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro, Bom Texto, 328p.
- FONTES, Virginia. 2009. Sociedade Civil. In: Isabel Brasil PEREIRA; Júlio César Ferreira LIMA (org.), *Dicionário da Educação Profissional em Saúde*. Rio de Janeiro, EPSJV, 478p. p. 370-376.
- GRAMSCI, Antonio. 2000. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, vol. 3, 431p.
- IANNI, Octavio. 1988. *Estado e capitalismo*. São Paulo, Brasiliense, 275p.
- KLEIN, Lúcia; FIGUEIREDO, Marcus. 1978. *Legitimidade e coação no Brasil pós-64*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 206p.
- MENDONÇA, Sonia Regina; FONTES, Virginia. 2004. *História do Brasil recente 1964-1992*. 4ª ed. São Paulo, Ática, 110p.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. 1988. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Graal, 125p.
- MORAIS, Thiago Aguiar de. 2016. *Os agentes do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e suas carreiras públicas federais: entre a continuidade burocrática e a colonização do Estado pós-1964*. Porto Alegre, RS. Tese de doutorado em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 162p.
- O'DONNELL, Guillermo. 1982. Tensões no Estado Autoritário-Burocrático e a questão da democracia. In: David COLLIER (org.), *O novo autoritarismo na América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 407p., p. 267-296.
- O'DONNELL, Guillermo. 1987. *Reflexões sobre os estados burocrático-autoritários*. São Paulo, Edições Vértice, 75p.
- POULANTZAS, Nicos. 1985. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro, Graal, 307p.
- REGINATTO, Ana C. 2019. *A ditadura empresarial-militar e as mineradoras (1964-1988)*. Rio de Janeiro, RJ. Tese de doutorado em História. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 421p.
- RUCKERT, Isabel Noemia. 1980. Alguns aspectos das empresas estatais no Brasil. *Revista FEE*, 2(1):75-93.
- WEFFORT, Francisco. 1978. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 181p.

Submetido em: 23/06/2021

Aceito em: 12/10/2021